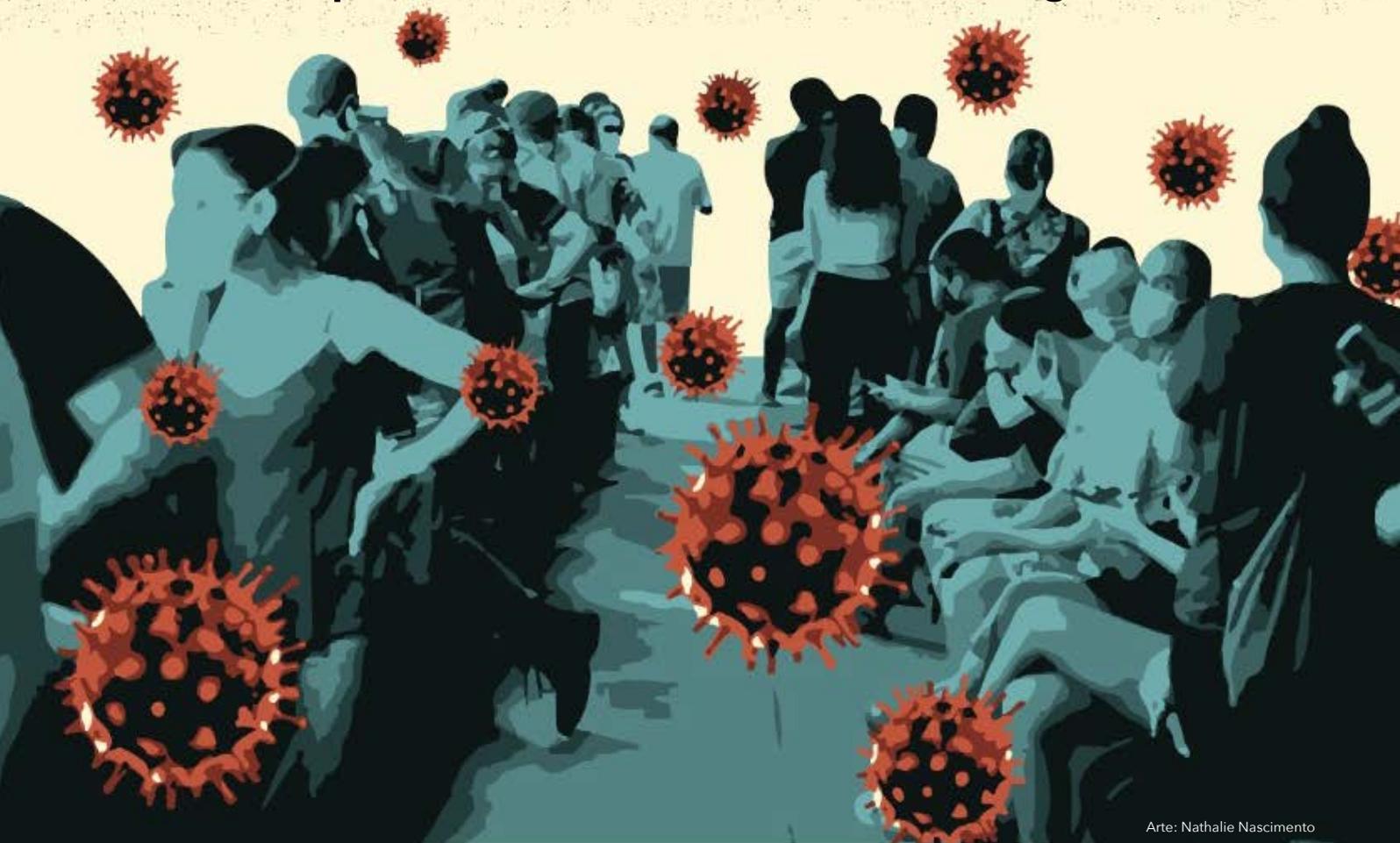


A QUARTA ONDA DA PANDEMIA

Número de casos explode em todo o país, enquanto o governo Bolsonaro, mais uma vez, recusa-se a coordenar a estratégia de enfrentamento da Covid-19. Não há sequer testes e sistema público de saúde sofre nova pressão, com profissionais da área sobrecarregados



Arte: Nathalie Nascimento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 24 de Janeiro de 2022 Nº 42

Arthur Chioro alerta para voo às cegas na pandemia
O centenário de Leonel Brizola, gigante do trabalhismo
Como o PT salvou o país: investimentos federais

Orçamento da União para 2022 não fecha

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
CENTENÁRIO
Paulo Freire

A EXPOSIÇÃO ESTÁ NO AR

ACESSE EM: fpabramo.org.br

25 anos
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
de Documentação e
História Política

PAUTA
BRASIL

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO: PT DCM Forum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

YouTube

focus
BRASIL

Revista Focus Brasil
191 inscritos

INSCREVA-SE

NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de

Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),

Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto

(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

ESCALADA DA ÔMICRON ACENDE SINAL DE ALERTA

Número de casos diários da Covid explode e supera a marca de 214 mil, evidenciando que o governo não está preparado para o novo momento da pandemia. Bolsonaro mantém negacionismo preocupante no Planalto

Página 10

EDITORIAL. Precisamos ampliar as alianças para derrotar o bolsonarismo

Página 4

ENTREVISTA. Arthur Chioro denuncia política criminosa do governo

Página 5

LULA. Ex-presidente reforça e diz em coletiva que o povo é o centro da política

Página 14

OPINIÃO. Negacionismo de Bolsonaro é rejeitado maioria defende vacina

Página 16

ORÇAMENTO. Reginaldo Lopes quer programa para atender vítimas de tragédia

Página 18

TRABALHO. Desemprego alto e precarização são um entrave para o crescimento

Página 20

REFORMA TRABALHISTA. Quatro anos depois, CLT virou terra arrasada

Página 22

ECONOMIA. Como o PT salvou o Brasil? Apostando em investimento público

Página 23

CONJUNTURA. O PIB cresceu em 2021, mas risco é de recessão este ano

Página 26

DESIGUALDADE. Oxfam diz que os 10 homens mais ricos dobraram fortuna

Página 24

CENTENÁRIO. A luta de Leonel Brizola, por seu neto e por Vivaldo Barbosa

Página 28

HISTÓRIA. O nascimento do MST, o 1º Fórum Social Mundial e a criação do PAC

Página 30

CULTURA. Elza Soares falece aos 91 anos como uma das grandes cantoras

Página 32

HOMENAGEM. A morte do sociólogo Gustavo Venturi, lutador pela vida

Página 34



LULA AVANÇA

Aloizio Mercadante

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu da prisão, em novembro de 2019, as forças políticas de direita tentaram criar um clima de que ele estaria contaminado por sentimentos de revanchismo, raiva e vingança. Mas, na histórica entrevista no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula mostrou o contrário. O que assistimos foi a força de um estadista, generoso, de peito aberto, sem rancores e com as qualidades enriquecidas pelo tempo de cárcere injusto, como aconteceu com Nelson Mandela, Mahatma Gandhi e outros gigantes da história.

Já no pronunciamento aos veículos da mídia independente, na última, Lula consolidou o avanço da sua vitória nas eleições presidenciais de outubro. Primeiro, porque o PT se fortaleceu. Há um sentimento popular de que, assim como Lula, o PT foi perseguido e que os erros são menores do que a contribuição histórica do projeto ao país. Por isso, o PT é o preferido de 28% dos eleitores, enquanto outros aparecem com apenas 2%.

O PT também retomou a vitalidade de ações, de formulação e de discussões. A Fundação Perseu Abramo, por exemplo, possui, há cinco anos, 25 Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas, formados por ex-gestores, ex-ministros, pesquisadores e líderes em todas as áreas estratégicas do Estado. Da mesma forma, as seto-

riais do PT acabam de eleger por meio do voto direto novos secretários e coordenadores.

Lula mostrou consciência da necessidade de ampliar as alianças do campo democrático. E sinalizou disposição ao diálogo e na construção de uma campanha com forças políticas e lideranças mais amplas do que no cenário anterior, isolando a extrema direita autoritária, anticivilizatória e obscurantista. A reconstrução do Brasil exigirá a derrota do golpismo e o esforço de construção de pontes com forças democráticas para além do PT.

É nesse sentido que Lula tem buscado um entendimento com o PSDB histórico, no qual Mário Covas foi grande expoente. É fato que, desde a redemocratização, o PT e o PSDB sempre disputaram e tiveram divergências programáticas importantes, especialmente com a adesão dos tucanos à agenda neoliberal e ao Consenso de Washington. Entretanto, essa disputa sempre foi balizada pelo respeito à democracia, ao reconhecimento do resultado as eleições, sendo que os que atuavam como oposição eram fiéis aos seus programas e compromissos, mas valorizavam e respeitavam a soberania do voto popular.

Esse entendimento foi rompido nas eleições de 2014, quando o candidato derrotado do PSDB, Aécio Neves, foi um dos protagonistas do golpismo e subiu à tribuna do Senado Federal para dizer que a então presidenta eleita Dilma Rousseff não governaria. O resultado do Golpe de Estado de 2016 foi a retirada de direitos e a

ascensão do bolsonarismo, apoiado, inclusive, por setores do PSDB, que fizeram a campanha de Bolsonaro, em 2018, e rifaram Geraldo Alckmin. Entretanto, há setores do PSDB histórico e democrático que não se renderam ao bolsonarismo e com o qual precisamos dialogar.

A atração de Geraldo Alckmin promovida por Lula para o nosso projeto também pode ser decisiva para a eleição de Fernando Haddad em São Paulo. Neste caso, uma vitória nacional com ampla vantagem de votos e a conquista do governo do estado de São Paulo pela primeira vez na história significariam um imenso deslocamento na correlação de forças, considerando o peso econômico e político do estado.

Mas, conforme Lula consolida sua vitória e amplia a vantagem em todas as pesquisas, há um esforço hipócrita dos conservadores de tentar separar Lula e o PT. Lula é o grande construtor e principal líder do PT e o partido sempre esteve ao lado do ex-presidente, inclusive nos momentos de maior dificuldade, tendo sido a coluna vertebral dos governos Lula.

O partido tem história, marcas, cicatrizes e um profundo compromisso democrático. O PT está consciente de que a força da base e a mobilização popular serão fundamentais para colocar novamente os pobres no orçamento, taxar com progressividade a renda e a riqueza, enfrentar a fome, a pobreza, a precarização do mundo do trabalho e, sobretudo, a brutal desigualdade social. Por isso, estamos consolidando uma agenda que trata dos problemas reais do povo, construindo medidas emergências e estruturais que promovam a reconstrução e a transformação do Brasil. É por isso também que Lula avança! •

“O BRASIL NÃO ESTÁ PREPARADO PARA A NOVA VARIANTE”

Ex-ministro da Saúde alerta que Bolsonaro falhou ao não se preparar para a quarta onda da pandemia. Dessa vez, o risco não está na superlotação das UTIs, mas das unidades básicas. Faltou planejamento ao governo, que não tem credibilidade. Ele não acredita nem no ataque ao banco de dados do ministério

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A variante ômicron, que já é dominante no Brasil, responsável por mais de 90% dos casos em todo o território nacional, é também o motivo pelo qual a média de novos casos no país vem subindo vertiginosamente. Ex-ministro da Saúde, o médico Arthur Chioro afirma que a variante está provocando um colapso diferente no sistema de saúde. Não são os leitos de UTI que estão lotados, mas os pronto-socorros.

A vacinação faz com que os sintomas sejam mais leves, mas a falta de planejamento e de políticas de preventivas por parte do governo federal deixam o país à mercê do caos, novamente. Nesta quarta onda da pandemia, o risco aumenta para crianças e adoles-

centes. É o que mostram os dados dos países que já enfrentaram a ômicron.

Ele é um crítico duro do governo Bolsonaro. A onda de casos de coronavírus que atinge o Brasil já foi registrada na Europa, o governo brasileiro nada fez para se preparar e não só, mais uma vez, colocou em dúvida o combate à Covid fazendo uso do “apagão” das estatísticas do Ministério da Saúde após um suposto ataque hacker. Chioro lembra que todos os dados da pasta têm dois backups, um no Rio de Janeiro e outro em Brasília.

Ele está preocupado com a sobrecarga do sistema. No estado de São Paulo já há um aumento de 61% nas internações de crianças em UTIs nos últimos dois meses. Em busca de sobre-

viver, o vírus se transforma para avançar sobre quem ainda não está vacinado.

Para essa nova fase da pandemia, o Brasil precisa se preocupar com as 61 milhões de pessoas que não foram vacinadas ou que não completaram o esquema vacinal. A tendência, é que o número de novos casos suba fortemente até o final de fevereiro e só depois volte a cair. A seguir, trechos da entrevista à **Focus Brasil**.

Focus Brasil – Há risco de novo colapso do sistema de saúde?

Arthur Chioro – Todos nós, exceto os negacionistas, reconhecemos a tendência a um certo caos social. Basicamente, por dois motivos. Primeiro, porque a ômicron é muito explosiva. Como ela tem alta infectividade, isso

gera num curto espaço de tempo uma grande quantidade de novos casos e acaba criando duas situações preocupantes: o fato de que ainda que os vacinados não tenham casos graves, não sejam internados, mas vão precisar ficar afastados de sete a dez dias. Portanto, serviços estratégicos são afetados. Todas as atividades econômicas, no mundo inteiro, foram fortemente afetadas pela ômicron, justamente porque ela provoca um alto número de casos simultaneamente. A outra coisa é que diferente das demais variantes que causavam um forte impacto sobre o sistema hospitalar, e em particular sobre as UTIs, leitos de suporte ventilatório, a ômicron, por ter uma sintomatologia diferente, por produzir casos mais leves até em função da proteção que a vacina deu aos vacinados, sobrecarrega fundamentalmente as Unidades Básicas de Saúde, as UPAs e os pronto-atendimentos. Isso, no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Então, as clínicas, UBSs e prontos-socorros estão explodindo de demanda num momento em que os próprios trabalhadores da saúde também estão sendo infectados e obrigados a ficarem afastados, o que sobrecarrega mais ainda o sistema.

– Daí a importância da vacinação massiva...

– Isso. A importância de vacinar no sentido de proteger as pessoas contra as manifestações graves da doença fica evidente. Mais de 90% dos casos graves de internação e de óbitos pela ômicron são em não vacinados. Não é por menos que ela atinge fortemente as crianças. Afinal, é o segmento menos vacinado em todo o mundo.

– A ômicron representaria o início do fim da pandemia?

– Existe discordância. Gente como Pedro Hallal, Margareth Dalcomo,

Gonzalo Vecina, pessoas que respeito muito, sérias, chegaram a dizer que com a ômicron viria o fim da pandemia. Temos uma avaliação diferente. No encontro com o presidente Lula, os ex-ministros da Saúde, ex-dirigentes da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária], da ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar], fomos unânimes – e é a posição manifestada hoje pelo diretor da OMS [Organização Mundial da Saúde] – não há perspectiva de fim da pandemia ainda. Há uma

**SÓ UM GOVERNO
BANDIDO E
CRIMINOSO SE
OPÕE À VACINAÇÃO
DE CRIANÇAS.
O MINISTRO DA
SAÚDE É
UM BANDIDO
DE JALECO**

quantidade enorme da população mundial ainda desprotegida. Isso abre margem para variabilidade. Como o coronavírus, o SARS-coV-2 tem um potencial de mutação muito grande. Enquanto a gente não incidir sobre a vacinação e jogar lá embaixo a taxa de transmissão, não podemos dizer que estamos no fim da Covid.

– Quanto o apagão de dados do Ministério da Saúde. Isso prejudicou o combate à ômicron?

– Totalmente. Como monito-

rar? A gente já fazia pouco. Mas quando começa a ter essa dificuldade. a ter problemas com prefeituras e governos estaduais, divulgando números diferentes, que não batem com os dados do Ministério da Saúde, perdemos capacidade de planejamento e de análise. Isso, apesar do esforço do consórcio de imprensa, de outros órgãos, da Fiocruz, de conseguirem analisar a partir da base de dados primária o que está acontecendo. Mas é estratégico [o apagão]. Faz o jogo dos negociacionistas porque ajuda a criar confusão, a criar um sentimento de insegurança com relação aos rumos do que está acontecendo. É inadmissível. A gente conhece muito bem. O sistema do ministério tinha backup, trabalha com cópia dos dados no Rio e Brasília. É tão inadmissível quanto, por exemplo, distribuir vacina em caixa de papelão cheia de gelo. Só um governo bandido, criminoso, é capaz de fazer isso. O ministro da Saúde é um bandido de jaleco, não tem outra expressão. O que ele fez em relação à vacina das crianças, àquela consulta pública “fake”... Quer dizer, depois de o nosso órgão sanitário fazer a aprovação da vacina, ele submeter a uma consulta popular? Isso é muito mais do que demagogia. É a expressão do negociacionismo. O que está acontecendo é um crime. Eu e outros ex-presidentes do Conselho de Secretários Estaduais de Saúde do Estado de São Paulo fizemos uma denúncia há duas semanas para o Conselho Federal de Medicina contra o ministro. Vamos ver se a corporação vai engavetar.

– De acordo com dados do governo do Estado de São Paulo, o número de crianças internadas em UTIs com coronavírus aumentou 61% nos últimos dois meses. Esse dado pode ser um



Felipe Gonçalves

indicativo de que a variante ômicron seja mais forte em crianças?

– Hoje, conseguimos explicar muito mais pelas análises feitas no Reino Unido, nos EUA, na Espanha, em países que estão vivendo o fenômeno da ômicron. Novamente, o Brasil tem a janela de oportunidade para se preparar. Na reunião com o presidente Lula, mostrei dois gráficos do Reino Unido que apontam exatamente isso: a explosão das internações, da média móvel semanal. Houve uma explosão nas internações das crianças de zero a 5 anos de idade, depois de 5 a 12 anos e, por fim, entre 12 e 18 anos. Essa é uma característica. Tem a ver com dois fenômenos: uma predileção pelas crianças e o fato de que aí se encontra um universo de pessoas não vacinadas. O que reforça a tese da necessidade de vacinar com doses completas, o mais rápido possível, inclusive para baixo de 5 anos.

– E com relação a volta às aulas? É necessário atenção maior?

– É fundamental vacinar as crianças, ainda que com uma dose. Vai precisar voltar com mais segurança com relação ao uso de máscaras, às medidas sanitárias. Ao mesmo tempo, também é inaceitável que a gente não encare de frente o impacto sobre a educação das crianças em todo o mundo, não só no Brasil. Portanto, parece-me que é alguma coisa que a gente precisa avaliar com muita segurança. Há expectativas, olhando novamente para o que aconteceu no Reino Unido e na Espanha – países que analisei os dados –, com dois meses e meio foi tão explosivo que a onda cresceu muito rápido. Mas já começa a decair. Se isso acontecer aqui, estamos falando do final de fevereiro, começo de março. Então, analisar se vale a pena retardar em um mês o início das atividades escolares é

uma coisa que ao longo da próxima semana, teremos mais segurança. Com uma curva explosiva e ascendente, parece-me que seria muito prudente retardar em pelo menos 30 dias o retorno das atividades escolares.

– Existem pessoas que mesmo com o ciclo vacinal completo, tomando as três doses, tiveram sintomas leves. Ao se curar do coronavírus, essa pessoa ganha alguma imunidade ou não existe conclusão sobre isso?

O ESTRAGO QUE O BOLSONARISMO, ESSE FASCISMO NEGACIONISTA, ESTÁ FAZENDO É MUITO GRANDE. AFETOU ATÉ A CREDIBILIDADE DA VACINAÇÃO

– Em tese, ela adquire alguma imunidade durante alguns meses contra essa variante. O organismo produz resposta imunológica. Tanto as imunoglobulinas como as células de memória que são as chamadas Células T. Quanto tempo dura, nós não sabemos. A gente sabe que as imunoglobulinas ficam por quatro, cinco meses. Depois, a resposta tende a ser celular. O que a gente sabe hoje, com base em estudos realizados nos EUA, é que entre os não vacinados existe uma infectividade

cinco vezes maior e 13 vezes mais óbitos. No Brasil, os primeiros estudos vão sair agora.

– Reportagens apontam que, no Rio de Janeiro, a maior parte das pessoas internadas com coronavírus e em estado grave estão nos hospitais particulares. Na rede pública, a quantidade de internados é menor. Isso permite pensar que as classes populares estão buscando se vacinar.

– Tenho dúvidas. Existem algumas pesquisas que mostram que há um impacto importante da campanha antivacina em pessoas mais vulneráveis, com menos acesso à informação. Havia uma pesquisa da OPAS, do início de 2020, de que, nas Américas, a população brasileira era a que mais aderiria. Era próximo de 90% da população e caiu para algo entre 70% e 80%. Ou seja, há um estrago. E isso afetou a vacinação contra influenza, tuberculose, poliomielite... O estrago que o bolsonarismo, esse fascismo negacionista, está fazendo é muito grande.

Se a gente tivesse um governo decente, um presidente que fosse para frente das câmeras e se mostrasse sendo vacinado, uma primeira-dama que levasse sua filha para vacinar no primeiro dia, junto com criança indígena, negra, quilombola, com síndrome de down, para mostrar o exemplo... Mas aqui é o contrário. O cara vai e diz que não vacinar a filha.

– O SUS foi enaltecido durante o período da pandemia, mas existe em curso uma ação que tenta fragilizar e desmontar o sistema público de saúde. O governo Bolsonaro causa destruição no Estado. O senhor enxerga esse mesmo processo no sistema público de saúde?

– O SUS vem sendo destruído desde o Golpe de 2016. E os minis-

tros do Bolsonaro foram um pior do que o outro. [Luiz Henrique] Mandetta era um cara anti-SUS e só aderiu [à defesa do SUS] quando decidiu ser candidato. Depois, Bolsonaro trocou por alguém que vinha do mercado e não entendia nada do SUS. Depois, trocou por um general fanfarrão... Não preciso nem falar do Pazuello. E termina com esse criminoso de jaleco. Eles foram desmontando, insidiosamente, o SUS. Desmontaram a política de atenção básica, o Mais Médicos, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, a Farmácia Popular, a política de saúde mental... É coisa de rato. É o negacionismo a serviço do negócio. Eu brinco dizendo que é o negacionismo a serviço do "negocionismo". É deliberado. Só que no caso do SUS existe uma diferença substantiva. Esses caras destruíram a estrutura do ministério mandando embora os profissionais que estavam lá desde a época do [Adib] Jatene [ministro da Saúde em 1990], desqualificando as agências... Só que no caso do SUS, destruir o ministério e destruir o pacto interfederativo gera problema demais. Essas 621 mil mortes têm no atestado de óbito de cada uma que a causa é o Bolsonaro. Eu afirmo, a assinatura do presidente da República está nos atestados de óbitos de cada um desses brasileiros e brasileiras que morreram de Covid e de outras doenças negligenciadas.

– **Mas ainda há resistência.**

– Sim. O SUS tem uma resiliência que provém do pacto interfederativo. É o fato de que ele não é uma responsabilidade só da União. O SUS também é de responsabilidade de estados e municípios. Vamos pegar o exemplo das vacinas. Só quem compra vacina, quem incorpora no Programa Nacional de Imunização é o Ministério da Saúde. Os estados e os municípios não podem. O [João] Dória queria porque que-

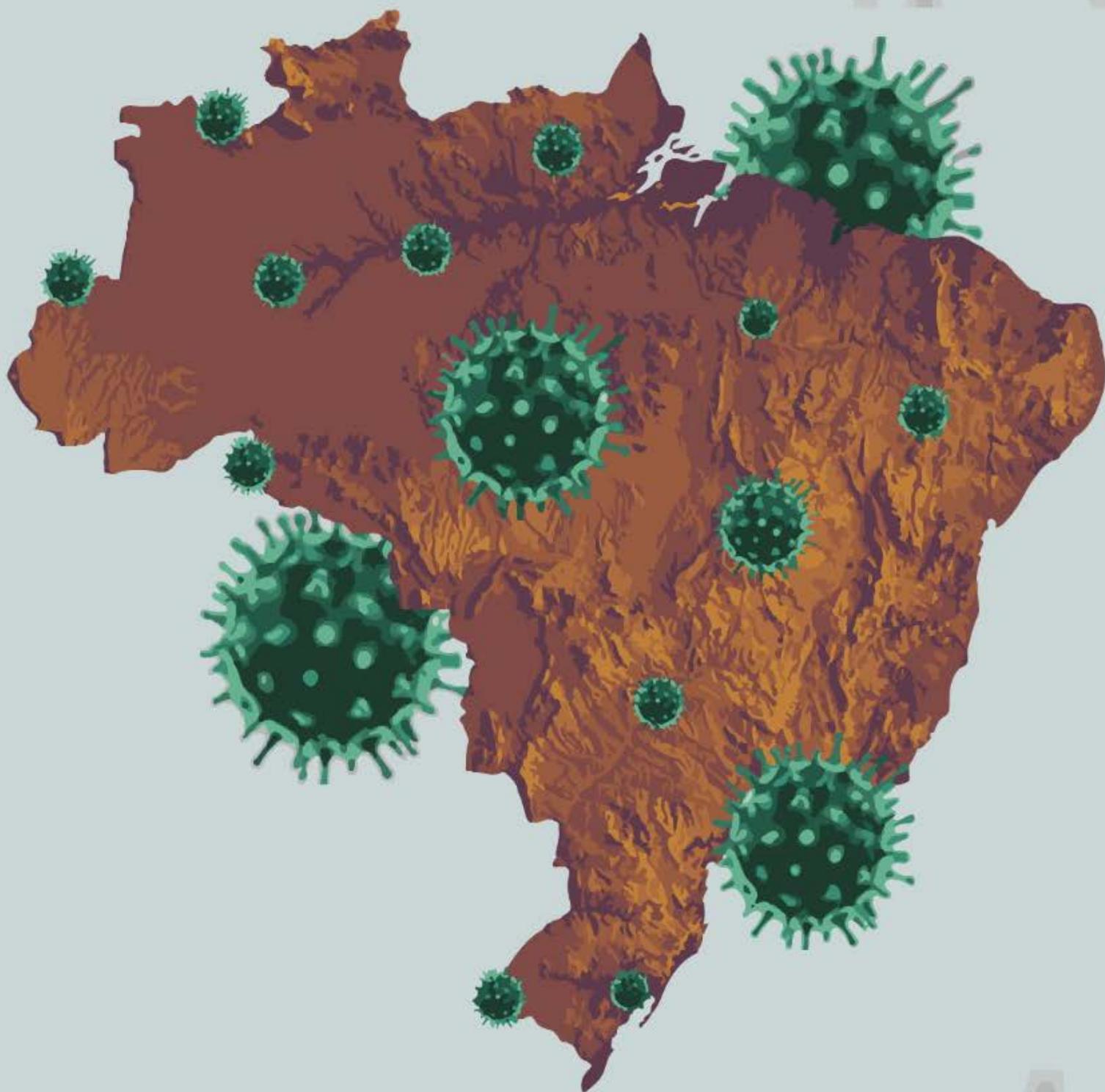
ria sair vendendo coronavac para todo mundo e não pôde. O Instituto Butantan recebe recursos públicos – aliás, ele é o que é em função do investimento público – e todas as vacinas precisam ir para o Programa Nacional de Imunização e é o ministério que distribui aos estados que, por sua vez, fazem a distribuição para os municípios. E, a partir daí, toda a aplicação é feita pelas prefeituras. Portanto, na medida em que a vacina chega, não adianta o bolsonarismo dizer "eu não vou fazer",

DESMONTARAM A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA, O MAIS MÉDICOS, SAÚDE DA FAMÍLIA, A FARMÁCIA POPULAR, A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL...

pois os municípios fazem. Quando o governo federal começou a dizer que não iria abrir leito de UTI, as prefeituras e os estados saíram abrindo. Então, houve uma resistência de baixo para cima. Um exemplo símbolo é a prefeitura de Araraquara, o trabalho que o Edinho Silva (PT-SP) vem conduzindo. Por mais que o bolsonarismo negue a defesa da vida, veja o trabalho dos governadores através do Consórcio do Nordeste, de prefeitos que operam em um vetor oposto.

– **O que o SUS precisa alcançar em termos de serviço para a população para que tenhamos um sistema público de saúde mais próximo do que é a proposta inicial?**

– Precisa combinar as condições necessárias para se estruturar... financiamento, organização, retomada do pacto interfederativo, um conjunto de medidas no campo da gestão que faça sentido, que resolva os problemas da população brasileira. A população já vivia numa situação dramática e os dois anos de pandemia em que se acumulou gente com sequelas da Covid, em que diagnósticos de câncer e de outras doenças foram retardados, em que cirurgias eletivas foram adiadas, faz com que as pessoas clamem por ter os seus problemas resolvidos, mas numa perspectiva humanizada. A população não quer só acesso a remédio, médico e procedimento. Ela quer ser cuidada com dignidade e isso o mercado não é capaz de entregar. O SUS pode produzir. Um sistema nacional de saúde pautado pela defesa da vida, com dignidade, com respeito, que compreenda este papel decisivo no próprio desenvolvimento econômico e social do país, mas acima de tudo na produção de qualidade de vida, pode ter sucesso. O SUS vai ter que enfrentar uma situação que é muito desafiadora. É uma população que está envelhecendo e isso faz com que essas pessoas passem a ter problemas de saúde que exigem cuidados continuados. Isso requer uma equipe multiprofissional e não mais um serviço só centrado no médico. São necessários enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, gente com capacidade de cuidar. As pessoas precisam ser mais bem cuidadas. Esse é o grande desafio do SUS. •



DE NOVO, O DESCONTROLE

País assiste à nova explosão da Covid, que se espalha rapidamente, com mais de 204 mil casos em apenas um dia: um recorde desde o início da pandemia. A ABI e o Sindicato dos Médicos do Rio pedem o impeachment do ministro da Saúde, acusado de negligência e inviabilizar a vacinação de crianças contra a doença

A nova onda da pandemia da Covid, provocada pela variante ômicron, está se espalhando rapidamente pelo país sem que o governo federal tenha tomado qualquer providência para reforçar o Sistema Único de Saúde. Na quarta-feira, 19, o Brasil registrou 204.854 novos casos confirmados de coronavírus nas últimas 24 horas, quebrando o recorde anterior pelo segundo dia consecutivo. O país já registrou 23,8 milhões de casos desde o início da pandemia, enquanto o número oficial de mortos superou a marca de 623 mil.

Ex-ministros da Saúde que estiveram com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na terça-feira, 18, defendem urgência na vacinação de crianças, principal público hoje sem cobertura da vacinação. No total, 67 milhões de brasileiros ainda estão suscetíveis, incluindo as crianças não vacinadas, mas também adultos que só tomaram uma única dose. É o equivalente a toda população da Argentina, Chile e Uruguai.

Segundo dados do consórcio de imprensa, o Brasil bateu novo recorde na média móvel de casos de Covid: 100,3 mil. Houve um aumento de 487% em relação ao cálculo de duas semanas atrás. Na

sexta-feira, 21, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Paulo Jerônimo, e do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Alexandre Telles, protocolaram pedido de impeachment do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no gabinete do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A ABI e o sindicato apontam que Queiroga tem sido negligente diante da pandemia da Covid-19, especialmente na demora em viabilizar a vacinação de crian-

ças contra a doença. Além disso, acusam-no ser negacionista com a ciência e “submisso” aos ditames do presidente Jair Bolsonaro, que veio a público dizer ser contra a imunização infantil.

Bolsonaro ainda disse que a ômicron é “bem-vinda”, mesmo diante dos recordes de contágio. A nova onda está devastando o mercado de trabalho nacional, já enfraquecido pela precarização generalizada e pelo desemprego crônico, que supera a marca de 14 milhões de pessoas. A ômicron está obrigando ao fechamento das portas de lojas, o cancelamento de vôos, a suspensão das linhas de produção e impondo um “fique em casa” compulsório em meio à escassez de testes e ao apagão de dados do Ministério da Saúde.

Os números coroam o “conjunto da obra” bolsonarista, que inclui a cruzada contra a vacina, a campanha contra as medidas de isolamento social, o uso político do Ministério da Saúde e o argumento comprovadamente mentiroso de que o “fique em casa” destruiu a economia nacional. Até quinta-feira, 20, mais de 5,5 mil lojas de shoppings por todo o país tiveram de fechar as portas devido ao afastamento de funcionários por covid-19 ou gripe. Outros mais de 5 mil estabelecimentos operam em horário reduzido.

**BRASIL TEM
23,8 MILHÕES DE
CASOS DE COVID
DESDE O INÍCIO
DA PANDEMIA.
E O GOVERNO
BOLSONARO,
OMISSO, DÁ BOAS
VINDAS À ÔMICRON**

REUNIÃO Na sede da Fundação Perseu Abramo, Gleisi, Lula, Mercadante, e Arthur Chioro estiveram tratando do avanço da pandemia no Brasil. Ex-ministros da Saúde denunciaram o desmantelamento do SUS



Vacinação, já

No encontro com Lula, seis ex-ministros da Saúde – Humberto Costa (2003/2005), Saraiva Felipe (2005/2006), José Agenor Álvares da Silva (2006/2007), José Gomes Temporão (2007/2010), Alexandre Padilha (2011/2014) e Arthur Chioro (2014/2015) – foram unânimes ao defender a adoção de uma política efetiva de vacinação no Brasil que incluía as crianças com menos de 5 anos, que são maioria entre internados nos países mais atingidos pela ômicron.

Para os ex-ministros, é preciso reconstruir a gestão do Ministério da Saúde, destruída no governo Bolsonaro. Eles criticaram o governo federal pela demora no início da vacinação de crianças, quando o mundo já sabia que os menores eram mais vulneráveis à nova variante. Segundo o ex-ministro Arthur Chioro é fundamental conscientizar a população sobre a importância da vacinação para crianças e adolescentes.

“Muitos pais, mães, avós, olham para o período anterior da pandemia, no qual as crianças não foram de fato contaminadas nem na velocidade nem na extensão que estão sendo agora”, afirma. “Essa variante

afeta fundamentalmente e de maneira diferenciada menores de 18 anos, isso não era uma característica que estava presente nas variantes anteriores. É criminosa a postura do ministro da Saúde em retardar a vacinação de crianças”.

Para presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, as crianças estão sendo duramente atingidas e o governo Bolsonaro é responsável. “Se a gente olhar o que está acontecendo nos outros países, o público mais vulnerável são as crianças. Se nós não anteciparmos o processo de vacinação, nós vamos expor nossas crianças desnecessariamente”, justifica. A presidente do PT, Gleisi Hoffman, diz que Bolsonaro é aliado do vírus. “O tempo inteiro ele foi aquele que incentivou a proliferação da Covid-19, foi contra a vacinação e desdenhou da dor da população”, denuncia.

**O PÚBLICO MAIS
VULNERÁVEL
HOJE À VARIANTE
ÔMICRON É
FORMADO PELAS
CRIANÇAS.
É PRECISO
ANTECIPAR A
VACINAÇÃO**

Além da vacinação, o grupo de ex-ministro reunidos na Fundação Perseu Abramo defendeu uma política massiva de distribuição de máscaras, ampliação da testagem, investigação da doença, fortalecimento do SUS e investimento em pesquisa envolvendo institutos, universidades, uma política de comunicação, com informação segura e transparente e um conjunto de medidas como reconstrução da política do complexo econômico-industrial da saúde.

A falta dessa política tem gerado problemas, como falta de máscaras, de testes, de oxigênio e respiradores, assim como medicamentos para indução do processo de intubação. “É uma vergonha, mas desde 2016, com o golpe, foram destruindo nossa política do complexo econômico industrial da saúde”.



CÚMPLICES Bolsonaro e Queiroga fecharam questão contra a campanha de imunização de crianças e vêm retardando o início da vacinação. Queiroga é alvo de pedido de impeachment

A variante ômicron, que é predominante hoje, apresenta-se quase como uma nova doença, uma espécie de Covid 2.0, cujas características são carga viral muito alta, potencial infeccioso maior, período de incubação mais curto, período de transmissão menor, sintomas parecidos com doenças virais infecciosas agudas e que afeta fundamentalmente e de maneira diferenciada menores de 18 anos.

“É um fenômeno que não tínhamos com relação a outras variantes, ainda que ela produza apenas 1% de casos com maior gravidade”, disse o ex-ministro Arthur Chioro, acrescentado que 90% dos óbitos ou de casos de UTI são de pessoas não vacinadas ou apenas com uma dose da vacina.

“O que nos preocupa é o fato da desigualdade da oferta de vacinação na escala planetária. Os países de baixa renda têm apenas 9,5% da população recebeu pelo menos uma dose, que cria um ambiente de vulnerabilidade para produção de novas variantes”, explica.

Mercadante anunciou que a Fundação Perseu Abramo está montando um grupo de trabalho para discutir políticas de fortalecimento da indústria da saúde, enfraquecida depois do

Golpe de 2016 que derrubou a ex-presidenta Dilma Rousseff. Para ele, o Brasil tem uma oportunidade nessa área porque a demanda é grande nos Estados Unidos e na Europa.

“Já estamos desenhando uma proposta de como o Brasil pode ocupar essa janela e reduzir a dependência”, afirma. De acordo com Mercadante, o Brasil tem déficit comercial de US\$ 16 bilhões nessa área. “Vamos precisar de mais pesquisa, ciência,

tecnologia e educação”.

Além da reconstrução da gestão do Ministério da Saúde, o grupo defende a reconstrução da gestão interfederativa do SUS e o fortalecimento do sistema para dar respostas para casos de Covid, assim como de transtornos mentais agravados pela pandemia, além do conjunto de problemas que ficaram represados, como as cirurgias eletivas e tratamento de câncer, por causa da pandemia.

No encontro com Lula, os ex-ministros de Saúde apontaram a necessidade da reconstrução de um Centro Nacional de Controle de Doenças e Emergência Sanitária que lide com o monitoramento das novas doenças e de genoma e apoie os governos municipais e estaduais, além do Ministério da Saúde, na definição de protocolos de saúde.

Também estavam presentes no encontro com Lula dois ex-integrantes da Anvisa – Dirceu Barbano e Ivo Buareski – além de dois ex-integrantes da Agência Nacional de Saúde (ANS), Fausto Pereira dos Santos e André Longo, atual secretário de Saúde de Pernambuco. Também participou Eliane Cruz, do Setorial de Saúde do PT. • **Da Redação, com Instituto Lula e Agência PT**

**O PÚBLICO MAIS
VULNERÁVEL
HOJE À VARIANTE
ÔMICRON É
FORMADO PELAS
CRIANÇAS.
É PRECISO
ANTECIPAR A
VACINAÇÃO**



Ricardo Stuckert

LULA REFORÇA: O POVO É O CENTRO DA POLÍTICA

Teto de gastos está na mira do ex-presidente. Para enfrentar as carências do povo, como as dificuldades impostas ao SUS desde antes da pandemia, é preciso adotar novas metas sociais

O povo brasileiro precisa estar no centro das políticas públicas. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem repetido este bordão desde o ano passado. Na entrevista coletiva concedida a veículos da mídia independente, na quarta-feira, 19, Lula tratou de saúde pública, da Covid-19, do teto de gastos – imposto pelo Golpe de 2016. Mas deixou claro: luta contra o aumento da desigualdade.

“É preciso que a gente recupere a democracia para colocar a desigualdade na ordem do dia, como prioridade de um governo”, disse. “E não a prioridade ser o teto de gastos. Pra gente colocar como compromisso com a evolução social e deixar em segundo plano o compromisso fiscal”.

O ex-presidente denunciou mais uma vez a conduta criminosa de Jair Bolsonaro ao longo da pandemia. “Um presidente que não respeita as mais de 620 mil mortes de Covid. Não há um gesto de carinho dele com as pessoas que sofreram Covid”, criticou. “Um presidente que tem que ser responsabilizado em algum momento da história por pelo menos metade das pessoas que morreram, o que poderia ter sido evitado, se o Brasil tivesse agido de forma civilizada”, comentou.

Lula lembrou que não cabe unicamente ao governo combater a pandemia, mas conduzir o processo, mobilizando setores em cada uma das etapas. “Mas ele (Bolsonaro) fez questão de destratar tudo o que poderia ter sido feito. Inclusive na escolha de seus ministros da Saúde”, bateu. “Eu nunca vi gente pra tratar da doença, do sofrimento dos outros, inclusive de crianças, nunca vi gente com tanta falta de humanismo, com tanta falta de afeto, como a gente viu nestes últimos dias”.

Ele lembrou que a saúde pública no Brasil foi exemplo e agora está ameaçada pelo próprio governo federal. “Falar em fazer uma consulta antes da dar vacina nas crianças é uma coisa tão absurda, num país que se tornou um país respeitado no mundo pela cultura de vacinação que nós aplicamos. Este é um momento muito delicado”, lamentou.

Lula reafirmou que o teto de gastos da União é um mal que aflige o país em diversas áreas, inclusive a pesquisa e o atendimento em saúde, e que, mais do que nunca, agora é a hora da vacina. Ele afirmou que vai garantir o cumprimento de outros tetos.

Para ilustrar as carências sociais de grande parte do país, recorreu à questão da moradia, o que o levou a lembrar de que já viveu “num quarto e cozinha com 13 pessoas”.

Emocionado, após citar esse período da sua vida, Lula disse: “Então, eu tenho consciência do que este povo está passando. Não posso ganhar aos 76 anos e dizer: ‘olha gente, eu ganhei, mas não posso fazer as coisas. Desculpa, mas eu tenho de atender o mercado. Eu preciso ter responsabilidade fiscal, respeitar o teto de gastos’. E o teto de comida? E o teto de salário? E o teto de saúde? Quem é que vai devolver para esse povo?”.

Sobre as alianças políticas, o ex-presidente apontou que está procurando construir um arco de apoios que permita o avanço das conquistas. “Eu não estou procurando uma aliança para ganhar as eleições. Estou procurando construir um conjunto de alianças com forças políticas para me ajudarem a fazer a transformação que precisamos no Brasil”, disse.

Como exemplo, citou a reforma tributária, mudança que tentou implementar, sem sucesso, em 2007, quando era presidente. “Eu mandei uma proposta que teve o apoio

dos 27 governadores, de todos os líderes partidários, apoio das 27 federações da indústria do Brasil, de todas as centrais sindicais, e quando chegou no Congresso, não andou”, lembrou. “Tem uma força oculta que não deixa a política tributária andar”, disse.

“Se não pudermos fazer uma reforma tributária complexa, podemos fazer uma mudança de pouco. Vamos definir que quem vive de dividendos pague imposto de renda. E quem ganha até cinco salários-mínimos não pague imposto de renda. Temos que definir algumas coisas para dar mais sustentabilidade aos de baixo e mais compromisso com o Brasil aos de cima”, lembrou.

Na avaliação do ex-presidente, o quadro em que se encontra o Brasil é pior do que aquele que encontrou em 2003, e essa é uma razão para que ele faça a atual costura política em torno de sua candidatura. “A situação do Brasil está muito pior. O país piorou, é como aquele jogo de palito: soltou, abandonou, caiu um pra cada lado. Não há orientação. É esse país que nós vamos ter de remontar”, disse.

Lula declarou que é possível reconstruir numa perspectiva que o povo brasileiro tem demais, que é o afeto. “Uma coisa fraterna, uma coisa solidária. Ninguém precisa ficar brigando com ninguém. Não precisa ter medo, o Lula não é de perseguir ninguém, eu não vou fazer com eles o que eles fizeram comigo. O meu compromisso é fazer para o povo, nada contra os outros”, anunciou.

O ex-presidente prometeu uma campanha “leve, simpática”. E pretende levar a mesma atmosfera para um futuro governo. “É assim que eu quero levar este país. Este país precisa de muita, muita, muita, muita solidariedade, muito amor, muito carinho, muita alegria. Isso que nós vamos construir”. •



AFP

MAIORIA CRÊ NA VACINA

Em meio ao agravamento da pandemia, pesquisas de opinião mostram que 79% da população defende imunização de crianças contra a Covid-19. E Lula mantém sólida dianteira

Matheus Tancredo Toledo

A preocupação dos brasileiros com a Covid-19 voltou a crescer, mas o negacionismo do governo Bolsonaro é minoria. Aqui, traçamos uma análise do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre as pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos de opinião.

O levantamento mais recente, divulgado pelo Datafolha, mostra a opinião da população em relação à vacinação, à contaminação pela Covid-19 e as medidas sani-

tárias contra o coronavírus. Segundo a pesquisa, 96% dos brasileiros com 18 anos ou mais afirmam ter tomado ao menos uma dose da vacina contra a Covid-19, sendo que 90% já tomaram duas doses. Outros 2% não tomaram o imunizante mas pretendem. Somente 2% não pretendem se vacinar — uma queda de 14 pontos percentuais em relação a um levantamento de janeiro de 2021.

Questionados sobre a contaminação, 25% afirmam terem testado positivo para a doença, enquanto 5% declaram que foram contaminados, mas não fizeram teste. Entre os 30% dos entrevistados que afirmam ter contraído Co-

vid-19, 84% o fizeram quando não estavam vacinados, 7% quando haviam tomado apenas a primeira dose e 10% contraíram tendo tomado as duas.

A alta adesão à vacinação decorre no apoio a medidas sanitárias de prevenção. São 81% os que defendem o “passaporte da vacinação” para entrada em locais fechados, como escritórios, bares, shows e restaurantes.

A maioria faz a defesa da vacinação de crianças. Entre todos os entrevistados, 79% são a favor da imunização dos pequenos entre 5 e 11 anos, 17% são contra e 4% não souberam opinar. Entre aqueles responsáveis por alguma crian-

Avaliação negativa do governo

Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo



ça nessa faixa etária, 76% são a favor da aplicação dos imunizantes.

O Datafolha mensurou a opinião dos brasileiros em relação à atuação do presidente da República no tema: 58% creem que Bolsonaro age para atrapalhar a vacinação de crianças e 25% acreditam que seja para ajudar. Mas 14% não souberam responder, e outros 2% não vinculam Bolsonaro.

Tal percepção sobre o presidente se reflete, evidentemente, na avaliação do governo. Outras duas pesquisas trouxeram novos índices. O cenário segue de estabilização da aprovação e da reprovação, em patamares baixos e altos, respectivamente.

As últimas seis rodadas da pesquisa Ipespe mostram a reprovação ao governo Bolsonaro oscilando entre 54% e 55% da população. Já o levantamento do Ideia Big Data trouxe o número de 52% – desde julho de 2021, a soma dos que apontam o governo como ruim ou péssimo fica entre 51% e 53% dos brasileiros. O Datafolha não divulgou, até o momento, dados além da percepção sobre a pandemia.

As pesquisas dão pistas sobre a composição desta rejeição. Segundo o Ipespe, 57% dos brasileiros avaliam a atuação de Bolsonaro durante a pandemia como ruim ou péssima, números semelhantes aos de sua avaliação de governo (considerando a margem de erro).

Sem abordar a pandemia em seu levantamento, o Ideia Big Data faz uma pergunta direta: o presidente merece ser reeleito? Para 64%, Bolsonaro não merece mais um mandato. Há percepção majoritária de que o governo é desastroso no combate à pandemia, que mais atrapalha do que ajuda, o que se potencializa com o descalabro econômico – segundo o Ipespe, 66% dos brasileiros percebem a economia no rumo errado.

O negacionismo do presidente, de seus asseclas e de seus apoiadores contrasta com a confiança dos brasileiros na vacinação e na ciência. O povo brasileiro não é negacionista.

Neste contexto, as pesquisas continuam demonstrando o favoritismo de Lula (PT) nas eleições presidenciais. Segundo o Ipespe, desde setembro a intenção de

voto no ex-presidente segue num patamar entre 42% e 44% dos brasileiros. Enquanto isso, Bolsonaro caiu de 28% para 24%, o que coincide com a entrada de Sergio Moro (Podemos) – o ex-juiz foi de 11% a 9% desde novembro.

Ciro Gomes (PDT), que outrora chegou a ter 11%, agora tem 7%, e João Doria (PSDB) caiu de 5% para 2%. A pesquisa Exame/Ideia traz números semelhantes: Lula tem 41% de preferência e Bolsonaro, 24%. Moro tem 11%. Ciro, 7%, e Dória, 4%.

Ambas confirmam a larga vantagem de Lula contra seus concorrentes nas simulações de segundo turno. Segundo o Ipespe, 25 pontos percentuais separam Lula de Bolsonaro em um eventual confronto – 56% a 31%). O ex-presidente tem vantagem de 19 pontos contra Moro. De acordo com o Ideia, a vantagem de Lula para Bolsonaro é de 16 pontos – 49% a 33% –, e contra Moro, o petista teria 17 pontos de dianteira – 47% a 30%. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Noppe, da Fundação Perseu Abramo.



Arte: BigStock

ENFRENTANDO A TRAGÉDIA DAS ENCHENTES

O Brasil precisa criar um fundo permanente para minimizar os impactos de eventos climáticos, que resultam em catástrofes, ano após ano. Que haja recursos no Orçamento, para dar agilidade e superar a burocracia

Reginaldo Lopes

Desde que o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez intitolou um de seus li-



vros como “Crônica de uma Morte Anunciada”, em 1981, ficou difícil encontrar outras palavras para descrever tragédias esperadas, iminentes, à espera apenas de imagens para torná-las reais. No Brasil, elas têm data marcada. Ocorrem geralmente em janeiros de anos seguidos.

Neste 2022, as tragédias chegaram na minha Minas Gerais como uma pedra assassina que descolou ruidosamente da rocha para fazer dez vítimas num lago da cidade de Capitólio. Como um morro que desceu envolvendo casarões históricos e destruindo um pedaço da Ouro Preto, reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade. E, de forma mais grave, deixando 25 mortos e milhares de desabrigados no Estado, consequência das enchentes.

As chuvas caíram com mais intensidade em Minas e na Bahia neste ano, trazendo novamente dezenas de mortes, destruição e desespero à população. Famílias ficaram isoladas, estradas destruídas, casas foram cobertas pela água e milhares de pessoas ficaram desabrigadas, necessitando das ações de socorro, amparo e reconstrução.

As enchentes são fenômenos naturais, mas tornam-se ameaças pelas práticas humanas na forma de ocupação do solo. Com a vulnerabilidade nas moradias de populações mais pobres, empurradas para áreas de risco pela desigualdade imobiliária, tragédias como consequência das enchen-

tes passaram a ser algo comum na vida das populações de muitas cidades brasileiras. Mesmo assim, permanece o despreparo do Brasil para lidar com a intensificação de eventos climáticos extremos.

Todo ano, as cenas se repetem e vidas são sacrificadas neste período. Mas, neste ano, a situação se agravou pela completa falta de interesse do governo federal em minimizar esses riscos e oferecer ajuda para mitigar as consequências. A responsabilidade ficou para as administrações municipais e estaduais, que não têm condições financeiras, e ações de solidariedade da sociedade civil.

Esta realidade comprova que é necessária a criação de uma política nacional permanente para enfrentar tragédias como consequências de eventos climáticos extremos aplicados em locais com

**É NECESSÁRIO
QUE O ESTADO
BRASILEIRO
INDENIZE PELOS
BENS PESSOAIS
PERDIDOS TODOS
AQUELES QUE
FORAM AFETADOS
PELAS TRAGÉDIAS**

infraestruturas inadequadas e má gestão de urbanização.

O Brasil precisa criar um fundo permanente para enfrentamento de tragédias, que se repetem ano após ano. Com recursos estipulados e previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que não haja a burocracia hoje existente na liberação por medidas provisórias. É uma vergonha um orçamento de R\$ 4,8 trilhões, valor de 2022, não conter uma previsão para investimentos tão urgentes e necessários.

Os valores seriam destinados para apoio emergencial às pessoas atingidas e pela volta da normalidade nas cidades, seguido de um projeto de reconstrução. Prover ações permanentes de prevenção para salvar vidas, garantindo maior previsibilidade, em ações como a remoção de pessoas em áreas de risco. E auxílio financeiro para as pessoas que perderam bens e tiveram outros tipos de prejuízo.

É necessário que o Estado brasileiro indenize pelos bens pessoais perdidos pelos afetados pelas tragédias. Muitos perdem os poucos móveis que possuem. Oferecer ajuda direta, e não apenas liberação do FGTS, como acontece hoje. Até porque a grande maioria não conta com este benefício e, os que têm, acumularam a vida toda à custa de muito trabalho.

É inadmissível que todos os anos as cenas se repitam e o poder público não tome iniciativas para evitar as tragédias. É obrigação do Estado brasileiro ter um instrumento moderno que minimize os impactos, salvando vidas e garantindo a devida reparação às pessoas afetadas. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

TRABALHO



DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO PERSISTEM

Pelo menos 49% da população ocupada não possui acesso a sistemas mínimos de proteção do emprego, sendo 46,06 milhões de trabalhadores vivendo na informalidade total

André Calixtre e
Marcelo Manzano

No trimestre encerrado em outubro de 2021, a taxa de desocupação foi de 12,1%. Isso equivale a 12,9 milhões de pessoas desempregadas. Um patamar bem acima da pré-pandemia, de 11,8%.

Para além da gravidade desse dado em si, a análise da desocupação por faixa etária revela uma situação especialmente dramática para a população mais jovem. A taxa alcança 40% para aqueles na faixa de 14 a 17 anos. E 25,7%, para 18 a 24 anos.

Ou seja, para a juventude brasileira, o atual nível de desemprego é hoje praticamente o dobro daquele que era registrado no melhor momento da série histórica. Isto é, no último trimestre de 2013, respectivamente 18,6% e 12,8%, ainda no primeiro governo Dilma.

Uma outra dimensão ex-



pressiva da crise do mercado de trabalho do país é a dos rendimentos do trabalho. De acordo com a PNAD Contínua, nota-se que o valor de R\$ 2.449 aferido no trimestre encerrado no último mês de outubro corresponde ao menor patamar desde o início da série, iniciada em 2012.

Já na comparação com o rendimento médio mensal registrado imediatamente antes do início da pandemia – era de R\$ 2.629 entre dezembro e fevereiro de 2020 –, percebe-se uma perda média de R\$ 180, ou 7%, causada entre outros fatores por mudanças qualitativas que se aprofundaram ao longo dos últimos anos. Isso se deve, por exemplo, à queda no assalariamento com carteira e a correspondente expansão dos trabalhadores informais e, notadamente, daqueles que vivem por conta própria.

Embora o mercado de trabalho brasileiro tenha registrado alguma melhora ao longo de 2021, acompanhando com atra-

so o ritmo da retomada da atividade econômica, os dados mais recentes da PNAD-Contínua indicam ainda um quadro muito preocupante e persistente de desestruturação do emprego e altas taxas de desemprego.

Considerando a lenta recuperação do total de ocupados e a rápida perda de valor do rendimento médio mensal, tem-se um quadro de estagnação da massa total de rendimento do trabalho – em R\$ 225 bilhões.

Isso explica em grande medida a lenta recuperação do consumo agregado ao longo dos últimos meses. Ademais, a informalidade do trabalho não parou de crescer. Hoje, 49% da população ocupada não possui acesso a sistemas mínimos de proteção do emprego, sendo 46,06 milhões de trabalhadores precarizados: 25,6 milhões de trabalhadores por conta própria, 12 milhões de trabalhadores sem carteira assinada e 4,2 de trabalhadores domésticos sem carteira, entre outras ocupações informais. •

* Economista, é mestre em Desenvolvimento Econômico e doutorando em Economia.

** Economista, é doutor em Desenvolvimento Econômico.

MALDITA REFORMA TRABALHISTA

Depois de quatro anos, mudança na legislação só ampliou o desemprego, a informalidade e a baixa renda no país. A uberização e a pejotização tornaram a CLT uma terra arrasada

Maurício Falavigna

Na Câmara dos deputados, foram 296 votos favoráveis e 177 contrários. No Senado, 50 contra 26 votos. Em 13 de julho de 2017, a reforma trabalhista foi sancionada por Michel Temer sem vetos. Vozes contrárias e protestos foram simplesmente abafados, não ganharam espaço na mídia. Até hoje, por sinal.

Forjou-se um consenso entre formadores de opinião pública: a reforma era modernizante, desonerava o empresariado, diminuía o “custo Brasil”. Gerar empregos era uma obviedade. Milhões deles. Falava-se em 2 milhões de novos postos em dois anos, 6 milhões em dez anos.

O cinismo foi enorme e permanece. O Judiciário aplaudiu, justificando a necessidade da reforma com o excesso de reclamações trabalhistas nos tribunais. Ironicamente, dava trabalho. O capital hegemônico festejou. E a taxa de desemprego, se estava em 9% em 2015, em 2020 chegou a 14,2%. Fechou o ano passado em 12,6%

– índice similar ao Brasil encontrado por Lula, que tinha uma taxa de 12,4% de desemprego –, com 13,5 milhões de pessoas à procura de uma ocupação.

E essa diminuição foi puxada pela informalidade – 54% de crescimento –, sem falar que a renda do trabalhador foi achatada, chegando ao patamar de R\$ 2.449,00, menor nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), R\$ 307 a menos em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2020. As pessoas trabalham mais, mas ganham menos.

A CLT se tornou terra arrasada. A decantada flexibilização foi benéfica para o empresário, que passou a empregar precariamente e com menos custo a sua mão-de-obra. Eliminaram o custeio do movimento sindical. E, como a cereja do bolo, a lei abriu a possibilidade de condenação em sucumbência da parte perdedora em ações trabalhistas – só agora a medida foi considerada inconstitucional. Foram quatro anos em que trabalhadores pobres foram intimidados a não buscarem seus direitos já reduzidos.

Quatro anos depois, o desemprego e a fome foram as grandes conquistas da reforma trabalhista. A uberização e a “pejotização” dominaram o cenário do trabalho. Pressionada, boa parte da população empregada passou a aceitar empregos inferiores aos de antes, com menos garantias de estabilidade e menor rendimento. Isso durante um período em que a inflação não parou de crescer. Sem falar no impacto previdenciário que certamente a informalidade causará.

No entanto, o cinismo de quem comanda a política econômica e os valores da opinião pública continua a defender a reforma e os interesses contemplados nesse ataque à CLT, à Justiça do Trabalho e aos sindicatos.

Não é à toa que, para o trabalho de reconstrução que se avizinha, já foi colocado em pauta por Lula e o PT a revogação desta reforma. Afinal, se discute a volta de uma visão de governo que criou 6 milhões de empregos e, sem perder de vista o crescimento econômico, voltou-se para o bem estar e os direitos do trabalhador.

* Jornalista.



COMO O PT SALVOU O BRASIL: A AMPLIAÇÃO DO INVESTIMENTO FEDERAL

Enquanto a taxa de investimento público total – empresas estatais e governo central – caiu com Fernando Henrique, recuando de 1,9% para 1,3% do PIB, com Lula e Dilma o percentual superou a marca dos 2% do PIB

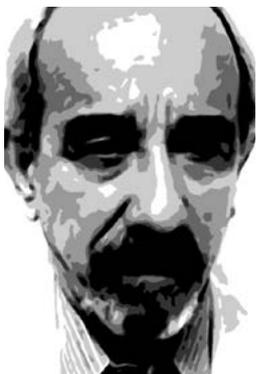
Eduardo Fagnani **

Gerson Gomes **

Guilherme Mello ***

Este é o décimo segundo de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstroem as mentiras circulantes segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade dessa narrativa apresentando fatos e números do comportamento de diversos indicadores econômicos que, absolutamente, não ‘revela’ que a economia, ao cabo dos governos petistas, estivesse vivendo “crise terminal”.

O investimento público federal também cresceu nos governos petistas. O gráfico 1 mostra que a média anual do investimento público total – empresas estatais



mais governo central – declina, de 1,9% do PIB para 1,3% do PIB, entre o primeiro e o segundo mandato de FHC. A taxa se estabiliza nesse patamar, entre 2003 e 2006. E sobe para 2,1% do PIB, no segundo mandato de Lula, e para 2,3% do PIB, no primeiro mandato de Dilma.

Em textos anteriores, já havíamos mostrado que o Brasil voltou a crescer e a redistribuir os frutos desse crescimento. Entre 2002 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) passou de R\$ 5,3 trilhões para R\$ 7,7 trilhões. E o PIB per capita, de R\$ 29,6 mil para R\$ 37,7 mil. Em parte, esse resultado foi fruto da elevação da taxa de investimento, que subiu de 17,5% do PIB, em média entre 1995-2002, para 19,3% do

PIB, no segundo governo Lula, e 20,5% do PIB, no primeiro governo Dilma.

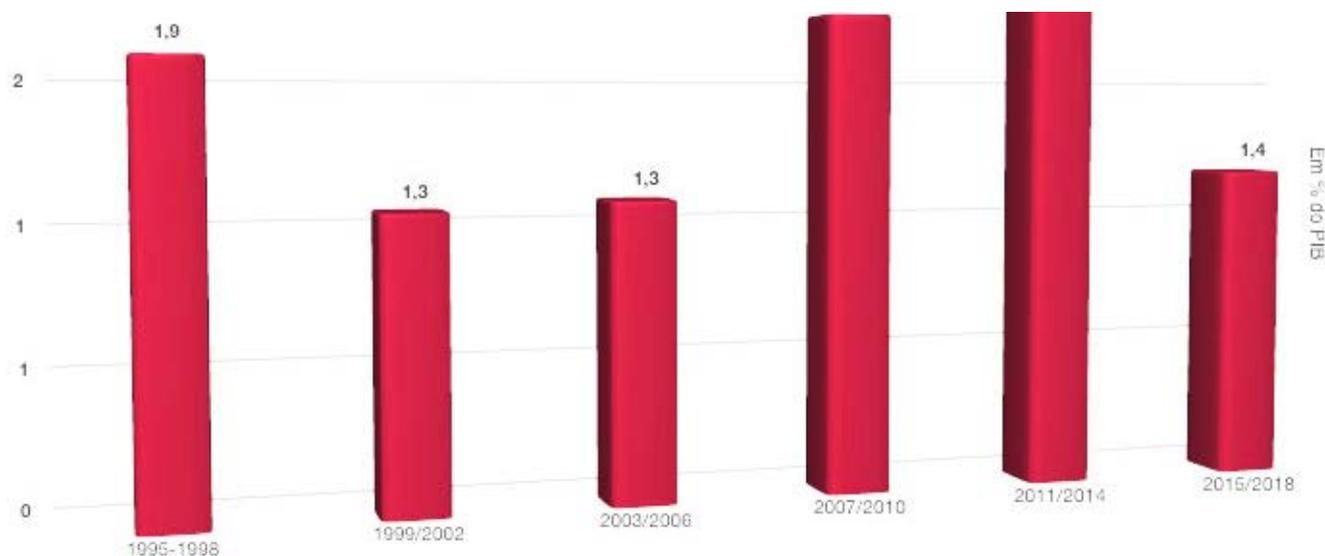
O gráfico 2 mostra a expansão do investimento público a partir de 2008, como medida anticíclica para enfrentar a crise financeira internacional de 2007-2008. Com o objetivo de mitigar a deterioração do comércio internacional e a desaceleração do crescimento, após ter atingido 2,7% do PIB em 2010, o investimento público permanece em patamar elevado até 2014.

Caso se some os investimentos no programa “Minha Casa, Minha Vida”, que oficialmente não são contabilizados como investimento público, mas na prática possuem um efeito econômico similar, percebe-se que o nível elevado de investimentos públicos federais de 2010 se manteve até 2014.

A retração do investimento público em 2015 reflete esse movimento mais geral de deterioração das condições da economia internacional, assim como a mudança de rumos na política econômica a partir da gestão de Joaquim Levy e sua opção pela contração fiscal. Reflete também o agravamento da crise política, posto que a oposição passou a apostar na instabilidade institucional e a forçar a imposição de

Taxa de investimento em % do PIB

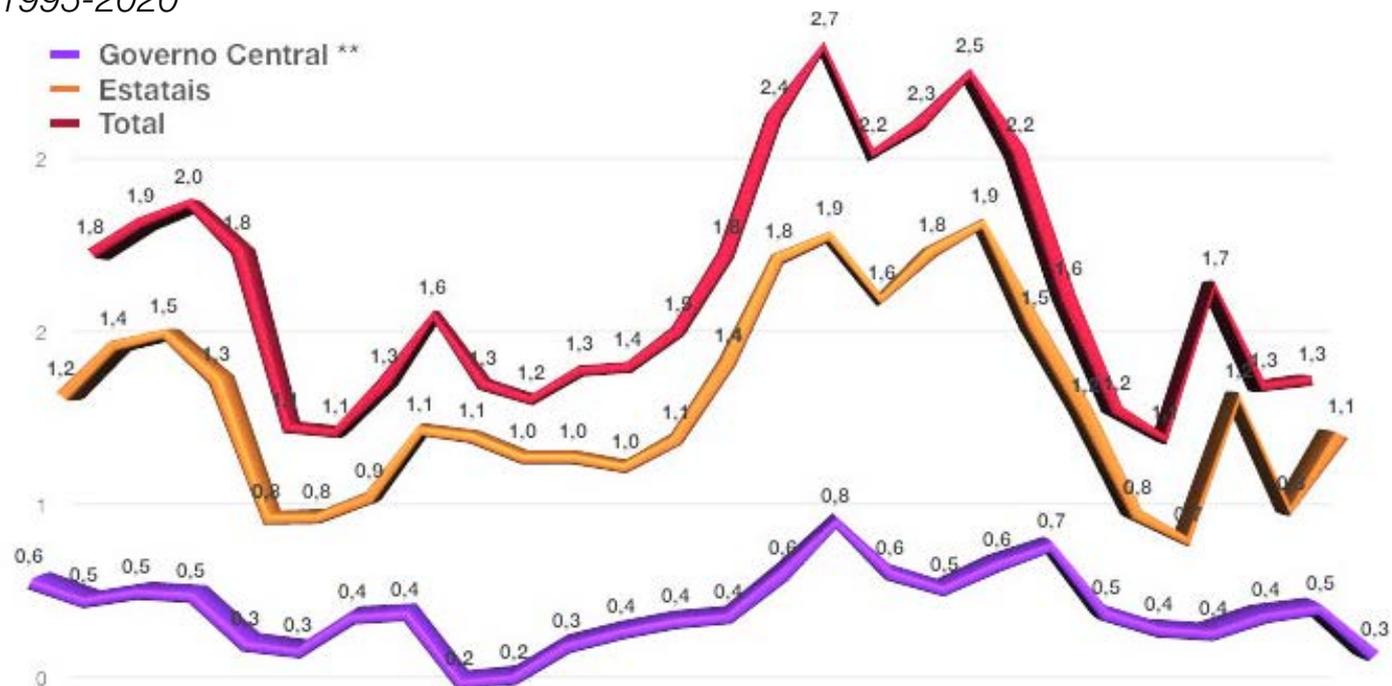
Por subperíodos de 1995 a 2019



Fonte: FGV - Observatório de Política Fiscal - FGV IBRE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Seculo 21.

Taxa de investimento em % do PIB

1995-2020



1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020*

Fonte: FGV - Observatório de Política Fiscal - FGV IBRE / Estatais para 2020 (portaria SEST/ME 1.045 de 27/01/2021). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

limites legislativos à condução da política econômica.

Nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2020), o investimento público federal despenca para a média anual de 1,3%. Atualmente, o investimento público é insuficiente para repor o estoque de capital, ou seja, é incapaz de impedir a deterioração da infraestrutura já existente.

Diante desses fatos e do diagnóstico conservador hegemônico é preciso sublinhar que durante os governos do PT foi esboçada uma política de desenvolvimento ancorada no crescimento da economia e voltada para a melhora das condições de vida dos mais pobres. Ao contrário do discurso liberal, que nunca se cansa de repetir, esse crescimento não foi artificial, não decorreu de medidas populistas, tampouco foi puxado exclusivamente pelo consumo. O crescimento da taxa de investimento, fomentada pelos investimentos públicos federais, foi superior ao crescimento do consumo, em especial ao longo do segundo governo Lula.

A notável queda dos investimentos públicos, a partir de 2016, é reflexo, principalmente, da convergência de dois vetores: a política antinacional de desintegração da Petrobrás e desnacionalização da cadeia produtiva de petróleo e gás praticada pelos governos Temer e Bolsonaro, visando transformar a Petrobrás em uma empresa exportadora de petróleo cru e importadora de derivados do petróleo. E, claro, os impactos da operação Lava Jato, que em nome de um suposto combate à corrupção - hoje já totalmente desmistificado - provocaram imensos prejuízos à Petrobrás, um dos principais esteios da formação bruta de capital na economia brasileira.

Agregue-se que, em conjunto, esses fatores conduziram, adicionalmente, ao desmantelamento de parte importante da indústria nacional de construção pesada e da indústria naval, com fortes implicações sobre o investimento privado e a taxa global de investimento do país.

Portanto, também nesse caso, os indicadores aqui considerados desmentem a ideia de que a "crise" que teria sido gerada pelos governos do PT teria sido "fundamentalmente crise de irresponsabilidade fiscal" - como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. Mais uma vez, os dados demonstram que a narrativa que se tornou dominante nos discursos da oposição política e midiática jamais teve em vista os interesses do Brasil e dos brasileiros. Aquela "crise" inventada só serviu aos interesses econômicos e políticos dos protagonistas da farsa que foi o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21.

Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados

*** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)

PIB APONTA PARA RECESSÃO EM 2022

Alta do crescimento no ano passado apenas recupera as perdas ocorridas em 2020. Segundo o relatório da CEPAL, o Brasil deverá ter o menor crescimento da região neste ano

Lígia Toneto

As expectativas para a economia brasileira em 2021 apontam para um



crescimento de 4,5% na comparação com 2020. A maior parte desse resultado foi fruto de uma base de comparação muito baixa com 2020, quanto o Produto Interno Bruto (PIB) despencou 3,9%. Apesar do crescimento de 1,2% no primeiro trimestre do ano passado, nos dois trimestres seguintes, a atividade encolheu 0,4% e 0,1%, respectivamente, entrando em um cenário de recessão técnica.

O principal componente de expansão foi o investimento no primeiro trimestre – que já passou a desacelerar e recuar nos trimestres seguintes. O que motivou essa alta foram as importações de plataformas de petróleo pelo Repetro, regime de tarifas especial que permite ao setor de petróleo e gás adquirir bens de capital sem pagar tributos federais.

Isso reflete um fator meramente contábil por ser resultado de um investimento já feito anteriormente e apenas contabilizado este ano. Mas foi responsável por cerca de um terço da elevação do investimento no primeiro trimestre. Além disso, houve a expansão da aquisição de máquinas agrícolas. E, no terceiro trimestre, foi sustentado pela construção civil.

Já o consumo das famílias ainda não recuperou o patamar pré-

-pandemia, por conta do elevado desemprego, perda de renda e da elevada inflação – que fechou o ano em 10,06% – corroendo o poder de compra dos brasileiros. Para 2022, o Boletim Focus, do Banco Central, prevê estagnação, projetando para o PIB uma alta de 0,28%.

O Banco Mundial aponta que o desempenho da economia brasileira em 2022 deve ser o pior entre os países emergentes, e um dos piores entre os países da América Latina e Caribe, melhor apenas que o Haiti. Segundo relatório da CEPAL, o Brasil deverá ter o menor crescimento da região neste ano. O mau desempenho esperado é

sobretudo por fatores domésticos.

A combinação da falta de perspectivas de recuperação do mercado de trabalho e da renda das famílias, agravada com a permanência de uma elevada inflação e a expectativa de um maior aperto monetário por parte do Banco Central, dão o tom calamitoso que nos aguarda em 2022. Em especial, a subida dos juros em um contexto em que três em cada quatro famílias brasileiras estão endividadas e em que as empresas estão no maior patamar de endividamento da década é particularmente grave.

O cenário de estagnação da economia reforça a ideia de que, sem que se recupere a demanda interna, não há espaço para recuperação econômica. Para isso, é necessário retomar o emprego, a renda, e que o Estado atue diretamente garantindo a demanda.

Na crise de 2008/2009, quando o governo Lula atuou expandindo os investimentos públicos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), garantiu-se renda aos trabalhadores com a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Houve na época a expansão do crédito consignado.

A economia conseguiu tanto ser muito menos impactada quanto se recuperar muito mais rápido. Bolsonaro, pelo contrário, cortou investimentos, reajustou o salário mínimo abaixo da inflação, e vem elevando a taxa de juros contribuindo para o agravamento da recessão. •

Economista, é mestranda em Economia pela Unicamp.

**NÃO HÁ
PERSPECTIVA DE
RECUPERAÇÃO
DO MERCADO DE
TRABALHO E DA
RENDA. ISSO DÁ O
TOM CALAMITOSO
QUE NOS AGUARDA
AO LONGO DO ANO**



Getty Images

A PANDEMIA DA DESIGUALDADE

Oxfam revela que os dez homens mais ricos do mundo mais que dobraram sua fortuna de US\$ 700 bilhões para US\$ 1,5 trilhão, a uma taxa de 15 mil dólares por segundo. Ou US\$ 1,3 bilhão por dia

Página 12

A pandemia começou em 2020 com um novo nome. Já não é a pandemia de covid, mas “a pandemia da desigualdade”, segundo o relatório da organização não governamental Oxfam. Fundada na Grã-Bretanha em 1942 e espalhada por vários países, a Oxfam tenta combater a pobreza e as desigualdades no mundo.

De acordo com o estudo, intitulado “As desigualdades matam”, entre março de 2020 e novembro de 2021 os dez homens mais ricos do mundo mais que dobraram sua fortuna de US\$ 700 bilhões para US\$ 1,5 trilhão, a uma taxa de 15 mil dólares por segundo. Ou US\$ 1,3 bilhão por dia.

Mais de 160 milhões de pessoas em todo o mundo atingiram o nível de pobreza e vivem hoje com menos de US\$ 5,50 dólares por dia em relação ao período anterior à pandemia. As mulheres são as que mais perderam neste período. E, claro, também os países em desenvolvimento.

Entre os 10 super ricos estão Elon Musk (fabricante dos carros elétricos da Tesla), Jeff Bezos (dono da Amazon), Bill Gates (fundador da Microsoft), Mark Zuckerberg (fundador do Facebook). Segundo a Oxfam, esses dez super-ricos têm uma riqueza maior que a de 40% da população mundial.

A pandemia também levou a um aumento considerável da pobreza. A cada 4 segundos, segundo a Oxfam, uma pessoa morre por falta de acesso a medicamentos, pelos impactos da crise climática – seca, enchentes, etc) –, por fome ou violência de gênero.

Mais de 160 milhões de pessoas que chegaram a um estado de pobreza desde o início da pandemia. E, segundo as projeções do Banco Mundial, não voltará aos níveis pré-pandemia até 2030, o que fala de um mundo que será muito difícil nos próximos anos.

“Nunca foi tão importante acabar com as desigualdades violentas e obscenas recuperando o poder e a extrema riqueza das elites, por meio de medidas fiscais que permitem reintegrar o dinheiro na

economia real e salvar vidas”, segundo Gabriela Bucher, diretora da Oxfam Internacional.

“Que as desigualdades estejam aumentando nessa escala e ritmo não é fruto do acaso, mas da escolha. Os modelos econômicos atuais não apenas nos expuseram mais ao impacto da pandemia, mas estão permitindo que aqueles que já são extremamente ricos e poderosos, explorar esta crise a seu favor”, denuncia

A Oxfam recomenda que os governos adotem as seguintes medidas: recuperar os lucros dos bilionários por meio de um imposto sobre capital e riqueza e investir o dinheiro recuperado em serviços de saúde, proteção social, mudanças climáticas e prevenção da violência de gênero.

Estima-se que cerca de US\$ 800 bilhões de dólares poderiam ser recuperados em todo o mundo dessa forma, valor suficiente para vacinar o mundo inteiro e garantir o acesso à cura para todos. Outras medidas propostas são a abolição de leis racistas e sexistas e, para os países ricos, suspensão imediata da propriedade intelectual para a produção de vacinas. •

UMA AULA DE AMOR AO POVO BRASILEIRO

A trajetória política de **Brizola** foi dedicada aos trabalhismo, cuja essência era a visão acertada da covardia da espoliação das riquezas nacionais

Leonel Brizola Neto

Jean-Luc Godard, cineasta e crítico do imperialismo, dizia que devemos comemorar o desaniversário daquilo que nos seria mais caro. O desaniversário, ao contrário do que a primeira vista pode parecer, é a comemoração permanente, o reavivamento constante em nossa memória dos nossos heróis. Louvar diuturnamente os exemplos que valem a pena ser louvados, transpondo-os a nossa ação.

Neste ano de 2022 em que celebramos o centenário de Leonel de Moura Brizola, meus sentimentos são con-



traditórios. Por um lado, tenho a alegria, o privilégio e a responsabilidade de contribuir para que o legado de meu avô não caia no esquecimento. Por outro, a tristeza profunda de sua ausência. Eu tenho saudades do meu avô, mas tenho mais saudade ainda da coragem e da prática política de Leonel Brizola.

Tenho certeza que a origem humilde do Brizola em Carazinho, no Rio Grande do Sul, forjou o seu caráter e o preparou para as lutas que travou ao longo da vida. Foi na sua infância e juventude, que se gestou as suas maiores obsessões: a escola pública para o povo e o amor pelo Brasil. Bandeiras pelas quais deu o melhor de sua genialidade política.

Em vários aspectos foi um precursor: como a primeira reforma agrária com êxito no Brasil; o político que mais construiu escolas no mundo; e teve a coragem de encampar duas multinacionais quando governador no Rio Grande do Sul; foi o líder da memorável Campanha da Legalidade em 1961, uma mobilização sem

precedente na história que uniu a liderança carismática do Brizola, o Exército e o povo que pegou em armas para defender a democracia, a Constituição e a legalidade, impedindo uma tentativa de golpe da direita em nosso país.

Impossível não lembrar aqui seu pioneirismo na batalha pela implantação efetiva dos direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro. Garantindo o Estado Democrático de Direito, a inviolabilidade do lar, seja de um humilde barraco ou de um palacete, antes mesmo da Constituição de 1988. Defendeu os marginalizados, os excluídos, os invisíveis, e por isso foi acusado injustamente de favelizar o Rio e de ter contribuído para o aumento da violência em nossa cidade.

Na verdade, no governo Brizola a prioridade na aplicação do orçamento era para atender as necessidades dos mais pobres. Isso a elite carioca jamais perdoou. Essa é uma de suas inúmeras facetas que merecem um estudo mais aprofundado.

Toda trajetória política do Brizola foi dedicada aos ideais trabalhistas, cuja essência era a visão acertada da covardia da espoliação das riquezas nacionais. Quando governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola percebeu que São Paulo se desenvolvia às custas do subdesenvolvimento de outras regiões, especificamente o Estado que governava.

Com argúcia, ampliou esse conceito e cunhou o termo perdas internacionais como a mola propulsora do imperialismo. Os países ricos exploram os países pobres. O desenvolvimento gera o subdesenvolvimento. No léxico brizolista, entreguismo significa desfibramento, traição ao país, aliança com os interesses das multinacionais e canalhice. Nacionalismo ou entreguismo? De que lado se está? Essa é a pergunta seminal do brizolismo.

BRIZOLA CONTINUA A SER INSPIRAÇÃO

Era incrível sua capacidade de se comunicar com o povo, além de ser um excepcional administrador. Isso pouca gente fala e reconhece. Nas três vezes que foi governador sofreu um profundo boicote do governo federal e, mesmo assim, com sua capacidade de racionalizar os recursos públicos fez obras memoráveis. São exemplos os mais de 500 Cieps, a linha vermelha, o sambódromo e tantas outras que seria impossível enumerá-las.

Com Brizola, aprendi que a política exige mais do que boas intenções. Exige coragem! Aprendi que a nossa tarefa número um é salvar nossas crianças. E isso não é possível sem lutarmos pela educação de tempo integral e que os professores tenham o reconhecimento que merecem.

Aprendi que democracia não se constrói tirando direitos dos trabalhadores, precarizando o trabalho e entregando o patrimônio do país.

Democracia, antes de tudo, é igualdade de oportunidades. Aprendi que o respeito o outro se constrói na tolerância e na diversidade. Aprendi que, com a política de direitos humanos, podemos acabar com o genocídio nas favelas.

Aprendi que toda a trajetória política de Brizola foi uma aula de amor ao povo brasileiro. Esse é o meu exemplo, a minha escola, preservar esse legado e disponibilizar ao povo brasileiro é a razão da minha vida. •

Vereador do Rio de Janeiro, é filiado ao PT.

Relembrar o político, no marco dos seus 100 anos, é ir em busca da melhor inspiração. Ele, hoje, estaria ao lado de Lula, sem dúvida, o único que abraça as causas trabalhistas

Vivaldo Barbosa

Muitos aspectos podem ser lembrados da ação política de Leonel Brizola. Coerência? Claro, sempre foi sua marca. Coerência era a retidão de vida de Brizola, o que o fazia respeitado, mesmo em meio a tanta polemica em que mergulhava.

Nunca procurou enganar ninguém, nunca aderiu às palavras fáceis. Sempre na procura de expressar o seu sentimento, nunca ocultá-lo, distanciava-se dos hábitos corriqueiros dos políticos menores. Coerência como questão central, não apenas decorrente de manifestações passageiras.

Coragem? Coragem cívica o distinguia. Como na decisão de expropriar as multinacionais de eletricidade e de telefonia, que sufocavam a economia gaúcha. Dominavam as concessões, mas não investiam, não expandiam, impediam a industrialização e o desenvolvimento da economia.

O exemplo mais vivo foi a rebelião que Brizola liderou pela posse de Jango, enfrentando as cúpulas das Forças Armadas. Sua coragem encontrou eco no povo brasileiro, que soube mobilizar, e que esteve ao seu lado. Venceu com a marca da coragem. Demonstrou coragem ao ficar contra a derrubada de Fernando Collor, que rompia sua investidura popular. Pagou preço elevado, mas a derrubada da Dilma mostrou que tinha razão.

Mas a melhor característica era ser portador de um pensamento. Brizola tinha pensamento político, o que o diferenciava de tantos do seu tempo e de hoje em dia.

Brizola era trabalhista, que na política brasileira ligava-se ao nacionalismo. As correntes mais autenticamente nacionais, mais enraizadas no



povo brasileiro. O trabalho forjou-se no Brasil de maneira bem diversa das correntes europeias, assumindo fisionomia própria. Diferenciou-se do que se denominava socialismo ou social-democracia.

O próprio Brizola dizia que o seu pensamento ficou definido quando ele via nas ruas os operários e gente do povo defender a legislação do trabalho e os direitos do povo. Aquela era a gente com quem se identificava, diferente em boa parte do que ele via em outras áreas.

Brizola ligava-se ao sentimento de pátria, de brasilidade. Compreendia a situação em que o Brasil foi colocado ao longo da história, de maneira marginal. Reclamava que os grupos econômicos e os países centrais não tinham o direito de se apropriar de nossas riquezas. Sempre clamou para que a política brasileira enfrentasse os interesses internacionais.

Sua paixão pela educação era solidariedade ao povo brasileiro e a visão superior do Brasil. Em Brizola, o trabalho e o nacionalismo se misturavam, como da tradição brasileira.

Brizola, hoje, estaria ao lado de Lula, sem dúvida. Sendo homem de pensamento, sendo trabalhista e nacionalista, não titubearia em ver que o único político no Brasil, hoje, que abraça as causas trabalhistas é o Lula.

Assim como o PT é o partido que mais defende a legislação trabalhista, a Previdência e as estatais estratégicas. Como sempre o fez, Brizola estaria junto na luta pela derrubada de tudo o que se abateu sobre o Brasil.

Talvez a coisa mais marcante dos 100 anos seja constatar que brizolismo e lulismo hoje se confundem. •

Advogado, foi fundador do PDT e deputado federal. É militante do PT.

25 de janeiro de 1934

USP É CRIADA PARA FORMAR ELITE

O interventor Armando de Sales Oliveira presenteia paulistas no aniversário da capital, ao baixar o decreto criando a Universidade de São Paulo. Um acordo com universidades francesas garante o envio de professores para garantir ensino de qualidade. A criação da USP tinha o intuito de preparar uma elite intelectual moderna, de que o Brasil tanto precisava. Diz o decreto: "somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos".

21 de janeiro de 1939

BRASIL DESCOBRE PETRÓLEO NA BAHIA

O ministro da Agricultura, Fernando Costa, confirma a descoberta de uma jazida de petróleo no campo de Lobato, no Recôncavo Baiano. A notícia animou a todos os que sabem a importância do ouro negro para a economia brasileira. O país sempre importou todo o petróleo que consumiu. A pesquisa em Lobato começou em 1938, ano da criação do Conselho Nacional do Petróleo, que havia nacionalizado toda a atividade petrolífera no país. O general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, anunciou novas sondagens em Pernambuco.



21 de janeiro de 1984

NASCE NO PARANÁ O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reuniu em Cascavel (PR) representantes de camponeses, sindicatos rurais e movimentos sociais do campo, com apoio da Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O saldo do encontro foi a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que logo se destacou como uma das mais importantes organizações sociais do país.

No encontro ficou decidido que o MST lutaria por terra, reforma agrária e transformações

sociais profundas no Brasil. O movimento aliou sua plataforma à organização de acampamentos de camponeses nas rodovias e passou a ocupar áreas vazias em latifúndios improdutivos e terras que passavam por processos de desapropriação, o que rende visibilidade à causa da reforma agrária.

Com 38 anos de existência, o MST está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país e celebra cerca de 450 mil famílias que já conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mais do que nunca e como parte do seu propósito, o MST resiste.

22 de janeiro de 1945

INTELECTUAIS SE UNEM PELA DEMOCRACIA

O Teatro Municipal de São Paulo abre as portas para o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, que reúne representantes dos 21 estados e 16 países. O evento reúne nomes expressivos, como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Cecília Meire-

les, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e outros. O evento se encerraria com uma declaração reivindicando liberdade de expressão, voto livre, soberania popular e a reorganização política do país.

Ricardo Stuckert

25 de janeiro de 2001

PORTO ALEGRE SEDIA FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, nasce entre 25 e 30 de janeiro de 2001, sob o lema "Um outro mundo é possível", o Fórum Social Mundial. Pela primeira vez cria-se um espaço alternativo de reflexão, debate e troca de experiências sobre a realidade mundial. Em Porto Alegre (RS), o fórum reúne cerca de 20 mil pessoas – representantes de movimentos sociais, ONGs, universidades e instituições da sociedade civil. O fórum propõe globalização solidária, que leve em conta as exigências sociais e a sustentabilidade e não apenas as metas macroeconômicas.

23 de janeiro de 2004

PRIORIDADE SOCIAL: LULA CRIA O MDS

Criado em 23 de janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome passa a ser responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. Dentre as tarefas do ministério estavam coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como coordenar a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social. Sob Bolsonaro, a pasta foi reduzida à secretaria.



22 de janeiro de 2007

LULA: PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é lançado pelo presidente Lula em 22 de janeiro de 2007. Com fortes investimentos em infraestrutura nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, o objetivo do governo é eliminar os principais gargalos que impedem o crescimento econômico do Brasil. O PAC viabiliza o aumento da produtividade das empresas, o estímulo ao investimento privado e a redução das desigualdades regionais.

Entre 2007 e 2015, o programa executou R\$ 1,9 trilhão

em obras de grande porte. No mesmo período, os investimentos do setor público cresceram 48%. Até 2012, houve crescimento de 75% de empregos com carteira assinada na construção civil.

Os efeitos do PAC ficaram claros durante a crise econômica global de 2008, sendo fator decisivo para a garantia do emprego e da renda dos brasileiros. Consequentemente, o país viveu a continuidade do consumo, o que manteve a economia aquecida em meio a um cenário de desalento internacional.

Outras datas históricas:

24/01/1835: Revolta dos Malês (BA), insurreição de escravos muçulmanos contra a imposição da religião católica.

22/01/1891: Nasce Antonio Gramsci

21/01/1917: Nasce José Peba Pereira dos Santos, deputado e militante do PCB.

21/01/1931: É fundada a Liga Comunista Internacionalista.

22/01/2006: Evo Morales toma posse como presidente da Bolívia.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

CULTURA

ELZA, A MULHER DO FIM DO MUNDO



A artista, que morreu na quinta-feira, aos 91 anos de idade, foi considerada pela rádio britânica BBC como a “voz do milênio”

Bia Abramo

É difícil pensar em uma artista que encarne de forma tão concreta a vida de uma mulher negra brasileira. Elza Gomes da Conceição nasceu em 23 de junho no bairro de Padre Miguel, Rio de Janeiro. De família muito pobre, foi “casada” aos 12 anos de idade com um amigo do pai, que havia tentado abusar da menina.

Com 15 anos, viu seu segundo filho morrer de fome. Elza então foi trabalhar como operária numa fábrica de sabão. Aos 18, seu casamento com o marido abusador foi oficializado, mas ele morreu de tuberculose alguns anos depois, fazendo de Elza uma viúva aos 21 anos.

Para sustentar os quatro filhos, ela passou a trabalhar de faxineira. Até que tomou coragem para se apresentar como cantora no programa radiofônico de Ary Barroso. Ficou célebre o curto e duro diálogo que Ary Barroso manteve com a jovem Elza: “De que planeta você veio, minha filha?” “Do mesmo planeta que o senhor, seu Ary. Do planeta fome”. “Planeta Fome”, inclusive, tornaria-se o título do seu 34º álbum de estúdio.

O racismo foi uma barreira no início da carreira artística de Elza Soares. Seu primeiro contrato para gravar pela RCA Victor quase foi por água abaixo quando os executivos da gravadora descobriram que a cantora era negra. Ela acabou gravando um primeiro compacto pelo selo independente Rony com a ajuda de Moreira da Silva, mas não fez muito sucesso.

Sua entrada no mundo do

disco se daria via Sylvinha Telles, que apresentou Elza ao grande produtor Aloysio de Oliveira, integrante do Bando da Lua que acompanhava Carmen Miranda nos Estados Unidos na era de ouro do rádio.

Elza estava com carreira artística consolidada quando conheceu Garrincha em 1962, o gênio do futebol que, junto com Pelé, havia conquistado a primeira Copa do Mundo para o Brasil em 1958, na Suécia. Na Copa do Chile, com Pelé contundido, Garrincha faria uma copa brilhante, garantindo ao Brasil o bicampeonato.

No entanto, o romance de Elza e Garrincha, que durou mais de 20 anos, foi outra dessas tragédias com o nome do Brasil estampado. Casado, com 8 filhos, Garrincha manteve com Elza um caso secreto por quatro anos, temendo a repercussão na imprensa que, muito conservadora, atribuía à cantora o papel de destruidora de lares. A família acabou mudando para Roma em 1966, mas Garrincha, afastado do futebol, estava se tornando depressivo e alcoólatra. Ele morreria de cirrose hepática em 20 de janeiro de 1983, no exato mesmo dia em Elza se foi na semana passada.

Para Elza, um duríssimo golpe, do qual ela só foi se reerguer no final da década de 1980, com o álbum “Trajetória”, que tem parceria com Zeca Pagodinho e uma versão da canção “Meu Guri”, de Chico Buarque.

Elza conta que Chico e a atriz Marieta Severo, em 1970, naquela conquista amarga do tricampeonato na Copa do México, ajudaram muito os dois. “Era tão grande a minha angústia, que eu tinha vontade de invadir a embaixada brasileira em Roma. Mas se-

gurei a onda. Continuamos vivendo num hotel e tivemos grande ajuda de Chico Buarque e Marieta. Eles tinham se exilado na cidade e foram dois amigos de alma”.

O ensaio da volta no final da década de 1980 demorou um tanto para pegar. Foi a partir dos anos 2000, redescoberta por uma geração de músicos – e da audiência das plataformas digitais – reencantados pela MPB, que a carreira de Elza deslanchou.

O álbum lançado em 2002 “Do Coccix até o Pescoço” foi indicado ao Grammy Latino, prêmio que ela ganharia 14 anos depois com a “A Mulher do Fim do Mundo”, em 2016. O último álbum de estúdio, de 2019, primeiro ano de Bolsonaro, intitulado “Planeta Fome” teve capa da cartunista Laerte, retomando o famoso diálogo com Ary Barroso.

Além de sua música imensa e generosa com as novas gerações, Elza Soares tornou-se uma voz potente contra o racismo, especialmente o sofrido pela mulher preta, pobre e periférica. “Eu nunca saí da favela”, declarou. Em uma das últimas entrevistas concedida pela artista, declarou: “O Brasil é o país mais racista que existe. É uma doença sem cura, uma situação absurda. É minha raça que estou vendo ser destruída e a gente tem que falar quando basta disso”.

Dois dias antes de morrer, Elza gravou um DVD no Teatro Municipal de São Paulo e, segundo seu empresário Pedro Loureiro, preparava-se para gravar seu 35º álbum de estúdio. Sua morte ganhou as páginas de jornais do Brasil e do mundo, estampando fotos no *New York Times*, *Le Monde* e *The Guardian*. Uma artista com a cara do Brasil de verdade. •

A close-up portrait of Gustavo Venturi, a middle-aged man with dark hair, a goatee, and a light-colored shirt. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression. The background is a solid light blue color.

GUSTAVO VENTURI, PRESENTE!

Sociólogo e cientista político, foi coordenador do Núcleo de Opinião Pública da FPA entre 2007 e 2014 e lecionava no programa de pós-graduação da USP. Em nota, fundação lamenta sua perda

O Brasil perdeu, no último dia 12, o sociólogo e cientista político Gustavo Venturi, ex-coordenador do Núcleo de Opinião Pública e Pesquisa Eleitoral (Noppe), da Fundação Perseu Abramo. Ele morreu aos 63 anos, depois de um longo tratamento contra um melanoma por cinco anos. Casado, deixa quatro filhos. Em nota, a Fundação Perseu Abramo lamentou o falecimento do professor.

“Em seu período na FPA, foi responsável por trabalhos importantes para a estruturação das políticas públicas que vieram a ser construídas pelos movimentos sociais e implantadas por governos progressistas de todo o Brasil, tais como as pesquisas de Juventude, Cultura Política, Mu-

lheres, Racismo, Homofobia, Idosos no Brasil, Indígenas, Classes Emergentes e Drogas, além de estudos sobre Direitos Humanos que pautaram ações de diversas prefeituras. Essas pesquisas também foram publicadas em livros”, diz a nota da FPA.

Venturi é amplamente conhecido por sua participação militante nas campanhas eleitorais de Lula e lembrado pelos parceiros de trabalho como profissional brilhante, que blindava a equipe com sinais de confiança, o que se transformou em amizade dos colegas por toda a vida. Uma pessoa de fato inesquecível para quem com ele conviveu.

Sociólogo, pesquisador e cientista político, Gustavo lecionava no programa de pós-graduação e no departamento de Sociologia

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, instituição onde concluiu o mestrado em Sociologia e o doutorado em Ciência Política. Ele estruturou e coordenou o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, entre 2007 e 2014.

Como especialista em métodos e técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas, atendeu diversas entidades, entre elas, o Serviço Social do Comércio (Sesc), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU Mulheres. Ele ainda trabalhou no Instituto de Pesquisas Datafolha, tendo atuado como diretor. Como pesquisador, trabalhou ainda no Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids, da USP, e no Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp, entre outros locais. •

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

